

# RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("FNP", "Concessionária") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Contábeis, com o parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Vale esclarecer que a divisão de resultados com o Governo do Estado da Bahia ("Poder Concedente") não está vinculada ao resultado contábil explicitado nas demonstrações contábeis, uma vez que este último leva em consideração também as receitas provenientes da atualização financeira (Contraprestação) – que é direcionada para a amortização dos financiamentos e dos

recursos privados aplicados na reconstrução da Arena Fonte Nova. As receitas operacionais obtidas por meio da realização de eventos esportivos, culturais e de entretenimento, somadas a aluguéis de espaço e quaisquer outras propriedades comercializáveis da Arena, poderão proporcionar resultados positivos, que serão divididos igualmente entre Poder Concedente e a Concessionária. **Destaques do Negócio em 2017:** Jogos: A FNP operou 34 partidas de futebol, sendo 05 no Estádio Metropolitano de Pitaçu, perfazendo uma média de 01 a cada 10,7 dias. Foram no total 32 jogos do Esporte Clube Bahia e 02 do Esporte Clube Vitória, todos válidos por competições oficiais. O público total nos eventos esportivos foi de 621.179,

perfazendo uma média de 18.270 torcedores. **Eventos:** Foram realizados 53 eventos não esportivos, o que corresponde a uma média de 01 a cada 4,3 dias. Além de eventos de caráter artístico ou de entretenimento, ocorreram eventos religiosos, corporativos, feiras e exposições, eventos beneficentes, dentre outros conteúdos. O principal destaque neste segmento foi a realização do Show do artista Paul McCartney, cujo público superou 45.000 pessoas, em grande parte composto por turistas da Bahia e de outros estados. As estruturas física e tecnológica presentes no equipamento, apoiado por um efetivo trabalho de planejamento e execução realizado com a participação da FNP, resultou num espetáculo de padrão

internacional. **Perspectivas para 2018:** A FNP visa a continuidade do processo de consolidação da Arena Fonte Nova como conceituado destino de eventos dos mais diversos segmentos, no âmbito local, nacional e internacional. Estão planejadas atualizações tecnológicas e operacionais ao equipamento que visam melhorar ainda mais a qualidade do serviço prestado e, consequentemente, da experiência sentida pelos usuários. **Responsabilidade Social:** A FNP é pautada no tripé da sustentabilidade (ações sociais, ambientais e desenvolvimento econômico). Desde o período de obras, investe em ações, capacitações e inclusão social, com foco na comunidade do entorno da Arena. Salvador, 17 de abril de 2018.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)			Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)		
	Notas	2017	2016	Notas	2017	2016
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.179	7.012			
Contas a receber	6	19.804	16.667			
Ativo financeiro da concessão	7	162.170	158.533			
Adiantamentos a fornecedores		183	1			
Tributos a recuperar	9	5.975	5.804			
Outros ativos		530	402			
		<u>201.841</u>	<u>188.419</u>			
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber	6	11.529	15.287			
Ativo financeiro da concessão	7	804.835	842.105			
Títulos e valores mobiliários	8	19.076	11.810			
Partes relacionadas	20	729	729			
Tributos a recuperar	9	42.603	47.190			
Outros ativos		350	230			
Imobilizado		1.731	2.038			
Intangível		<u>2.453</u>	<u>9.025</u>			
		<u>883.306</u>	<u>928.414</u>			
<b>Total do ativo</b>		<u>1.085.147</u>	<u>1.116.833</u>			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores		1.080	605			
Empréstimos e financiamentos	10	43.681	43.713			
Debêntures	11	12.210	8.622			
Partes relacionadas	20	936	3.504			
Obrigações tributárias		3.720	2.910			
Obrigações sociais e trabalhistas		2.841	2.427			
Dividendos a pagar	14 c	10.433	6.107			
Receitas diferidas	6	2.453	2.433			
Outros passivos		<u>4.890</u>	<u>9.808</u>			
		<u>82.244</u>	<u>80.129</u>			
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	10	461.470	497.721			
Debêntures	11	57.837	69.933			
Partes relacionadas	20	25.412	28.114			
Tributos diferidos	12	74.447	63.189			
Tributos sobre contraprestação	12	139.550	144.432			
Receitas diferidas	6	12.829	14.392			
Contingências e provisões judiciais	13	365	257			
Outros passivos		<u>465</u>	<u>2.026</u>			
		<u>772.375</u>	<u>820.064</u>			
<b>Patrimônio líquido</b>	14					
Capital social		102.813	90.848			
Reservas de lucros		<u>127.715</u>	<u>125.792</u>			
		<u>230.528</u>	<u>216.640</u>			
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>1.085.147</u>	<u>1.116.833</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros	
	Integralizado	Legal	Especial	Realização de investimentos	Lucros a realizar	Total acumulados
Em 1º de janeiro de 2016	90.848	5.309	18.546	64.640	11.015	- 190.358
Lucro líquido do exercício						25.716
Reversão de dividendos não distribuídos			6.673			25.716
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos Propostos						(6.107)
Constituição de reservas		1.286		18.323		(19.609)
Em 31 de dezembro de 2016	90.848	6.595	25.219	82.963	11.015	216.640
Aumento de capital (nota 14 a)	11.965		(6.673)	(5.292)		
Lucro líquido do exercício						18.214
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos Propostos (nota 14 c)						(4.326)
Constituição de reservas (nota 14 b)		911		12.977		(13.888)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>102.813</u>	<u>7.506</u>	<u>18.546</u>	<u>90.648</u>	<u>11.015</u>	<u>230.528</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** - A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Pública Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluam a exploração de atividades pertencentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2010. A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. ("OPP") e pela OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas"), com sede em Salvador-BA. **(a) Recuperação Judicial** - Em 31 de março de 2015, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo OAS, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, ajustou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. e suas controladas em recuperação. Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação da OAS S.A. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. **(b) Operação Lava Jato** - Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e Grupo OAS, que em conjunto, controlam a Companhia. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, incluindo as controladoras indiretas, Odebrecht S.A. e OAS S.A., sendo que a Companhia não foi objeto destas buscas e apreensões. **(c) Contrato de Concessão** - A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução,

foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028. Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP nº 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP nº 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores. Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo. Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2017, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 17 de abril de 2018. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** - As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são

## Demonstrações dos resultados

	Demonstrações dos resultados		
	Notas	2017	2016
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016</b>			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
<b>Operações continuadas</b>			
Receita operacional líquida	15	123.589	156.672
Custo operacional	16	(8.044)	(6.526)
		<u>115.545</u>	<u>150.146</u>
<b>Lucro bruto</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	17	(24.637)	(26.332)
<b>Lucro operacional</b>			
		<u>90.908</u>	<u>123.814</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	18	2.414	4.342
Despesas financeiras	18	(63.195)	(76.729)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
		<u>30.127</u>	<u>51.427</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos</b>	13		
		(475)	
Imposto de renda corrente		(8.278)	(18.905)
Contribuição social corrente		(180)	
Contribuição social diferido		(2.980)	(6.806)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>18.214</u>	<u>25.716</u>
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	19	<u>0,18</u>	<u>0,28</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

relocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Ativos Financeiros - 2.3.1. Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e recebíveis compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Ativo financeiro da concessão", "Títulos e valores mobiliários" e "Partes relacionadas". **2.3.2. Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 6. **2.3.3. Contas a receber** - As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão (*impairment*) para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: **(a)** faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE; **(b)** locação de camarotes, assentos VIP, e estacionamento; **(c)** parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; e **(d)** pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes, assentos VIP e bilheteria de jogos. **2.3.4. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a futurar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão; Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se taxa efetiva de juros. **2.3.5. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. **2.4. Tributos a recuperar** - Referem-se substancialmente a créditos do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)	
	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.127	51.427
<b>Ajustes para reconciliação do lucro do exercício</b>		
Depreciação e amortização	7.495	7.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(912)	(2.557)
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(102.591)	(144.065)
Ajuste a valor presente	(561)	(655)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	60.735	69.796
<b>Caixa circulante antes das variações de capital circulante operacional</b>	(5.707)	(18.998)
<b>Variação dos ativos e passivos:</b>		
Contas a receber	551	(7.688)
Ativo financeiro	136.224	138.346
Tributos a recuperar	4.416	3.961
Fornecedores	293	(323)
Impostos e contribuições	(4.313)	423
Outros	(130.552)	(4.847)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	(54.306)	(61.848)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	70.539	49.226
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários	(7.266)	(3.357)
Adições ao imobilizado	(86)	(105)
Adições ao intangível	(530)	(1.345)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(7.882)	(4.807)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de principal (Notas 10 e 11)	(48.155)	(41.669)
Partes relacionadas (Nota 20)	(8.335)	1.507
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	(56.490)	(40.162)
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	6.167	4.257
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	7.012	2.755
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	13.179	7.012
	<u>6.167</u>	<u>4.257</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. **2.5. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. **2.6. Provisões** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos. **2.8. Tributos sobre contraprestação** - Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção. **2.9. Receitas diferidas** - Referem-se às

sobre o lucro tributável excedente à R\$ 60 por trimestre, para proporção de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos** - Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos são integralmente reconhecidos. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**2.11. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **(a) Receita operacional** - A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, assentos VIP, estacionamento e restaurantes/lanchonetes), marketing, publicidade e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** - A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(c) Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** - As seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB não estão em vigor para o exercício de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação de suas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou e concluiu que em função do tipo de instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, a nova norma não trará efeitos na mensuração e reconhecimento das receitas em relação aos critérios utilizados atualmente. IFRS 15 - "Recursos de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou e concluiu que em função do tipo de receita gerada pela Companhia, a nova norma não trará efeitos na mensuração e reconhecimento das receitas em relação aos critérios utilizados atualmente. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são contínuos, avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro** - Considerações gerais - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito. A Companhia não possui instrumentos financeiros e derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. **(a) Exposição a risco com taxa de juros** - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic. A Companhia analisou sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(b) Risco de liquidez** - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera

superior ao valor decorrente de inadimplência dessas contrapartes nem para a perda já provisionado. **4.2. Gestão de capital** - A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2017	2016
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	575.198	619.989
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(32.255)	(18.822)
Dívida líquida	542.943	601.167
Total do patrimônio líquido	230.528	216.640
Total do capital	773.471	817.807
Índice de alavancagem financeira - %	70%	74%

**4.3. Instrumentos financeiros por categoria** - Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Ativos financeiros, empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.179	7.012
Contas a receber	31.333	31.954
Ativo financeiro da concessão	967.005	1.000.638
Títulos e valores mobiliários	19.075	11.810
Partes relacionadas	729	729
	<u>1.031.322</u>	<u>1.052.143</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	1.080	605
Partes relacionadas	26.348	31.618
Empréstimos e financiamentos	505.151	541.434
Debêntures	70.047	78.555
	<u>602.626</u>	<u>652.212</u>

	2017	2016
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa	6	6
Bancos - conta movimento	1.173	328
Aplicações financeiras (i)	12.000	6.678
	<u>13.179</u>	<u>7.012</u>

(i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 91% e 99% (2016 - 94,1% e 99%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	2017	2016
<b>6. Contas a receber</b>		
Contraprestação - SETRE	12.421	11.606
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	15.287	18.037
Locação de camarotes e assentos		
VIP por temporada	2.149	3.465
Outros	2.388	1.403
	<u>32.245</u>	<u>34.511</u>
PECLD (ii)	(912)	(2.557)
	<u>31.333</u>	<u>31.954</u>
Circulante	(19.804)	(16.667)
Não circulante	<u>11.529</u>	<u>15.287</u>

(i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 3.018), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes, assentos VIP por temporada e PECLD. (ii) No exercício de 2017, a Companhia constituiu PECLD de R\$ 912 (2016 - R\$ 2.557), divulgada na nota explicativa nº 17, referente ao saldo vencido decorrente de créditos com clientes de camarotes e assentos VIP por temporada. **7. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a futuro, decorrentes do Contrato de PPP-SE para o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2017	2016
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	1.000.638	994.919
Receita operacional da contraprestação	22.037	20.669
Atualização financeira	102.591	144.065
(-) Faturamento contraprestação	(158.261)	(159.015)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	967.005	1.000.638
Circulante	(162.170)	(158.533)
Não circulante	<u>804.835</u>	<u>842.105</u>

	2017	2016
<b>Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:</b>		
	2017	2016
2018	-	12.096
2019	-	827
2020	5.535	5.535
2021	8.368	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.028	15.028
	<u>57.837</u>	<u>69.933</u>

	2017	2016
<b>12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação</b>		
PIS e COFINS (a)	91.200	94.443
ISS (a)	48.350	49.989
Imposto de renda (b)	54.741	46.463
Contribuição social (b)	19.706	16.726
	<u>213.997</u>	<u>207.621</u>

**(a) Tributos sobre contraprestação** - O imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação. **(b) Tributos diferidos**

	2017	2016
<b>Composição de tributos diferidos:</b>		
Custo de construção	(200.917)	(202.519)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	281.931	291.487
Outros	(6.567)	(7.779)
	<u>74.447</u>	<u>63.189</u>
Passivo de tributo diferido	283.730	293.667
Ativo fiscal diferido - não circulante	(209.283)	(230.478)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>74.447</u>	<u>63.189</u>
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures). Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.		

	Moeda	Venc.	2017	2016
<b>10. Empréstimos e financiamentos</b>				
CCB	Reais	2025	50.996	57.803
CCB - FUNDESE	Reais	2026	225.085	250.230
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	233.794	239.100
			509.875	547.133
(-) Custos de captação a apropriar			(4.724)	(5.699)
			505.151	541.434
Circulante			(43.681)	(43.713)
Não circulante			<u>461.470</u>	<u>497.721</u>

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. Também foram capturados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e do Vencimento em 28 de dezembro de 2025. **(a) Garantias** - Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo: **Modalidades:** CCB. **Garantias contratuais:** Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro do acionistas. **Modalidades:** CCB - FUNDESE. **Garantias contratuais:** Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro do acionistas. A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2017	2016
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	541.434	574.116
Juros apropriados	46.725	51.259
Amortização	(39.695)	(36.970)
Pagamento de juros	(44.288)	(48.194)
Apropriação dos custos de captação	975	1.221
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>505.151</u>	<u>541.434</u>

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2017	2016
2018	41.793	59.969
2019	59.969	59.186
2020	61.963	61.180
2021	64.035	63.252
2022	66.181	65.399
2023	68.406	67.624
2024	70.690	69.907
2025	67.920	67.147
2026	2.306	2.237
	<u>461.470</u>	<u>497.721</u>

**11. Debêntures** - Em 22 de fevereiro de 2016, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

	Vencimento	2017	2016
<b>Classificação</b>			
Emissão Real	2024	70.047	78.555
		70.047	78.555
Circulante		(12.210)	(8.622)
Não circulante		<u>57.837</u>	<u>69.933</u>

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2017	2016
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	78.555	83.124
Juros apropriados	9.825	13.627
Amortização	(8.460)	(4.699)
Pagamento de juros	(10.018)	(13.654)
Apropriação dos custos de captação	145	157
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<u>70.047</u>	<u>78.555</u>

	2017	2016
<b>Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:</b>		
	2017	2016
2018	-	12.096
2019	-	827
2020	5.535	5.535
2021	8.368	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.028	15.028
	<u>57.837</u>	<u>69.933</u>

	2017	2016
<b>12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação</b>		
PIS e COFINS (a)	91.200	94.443
ISS (a)	48.350	49.989
Imposto de renda (b)	54.741	46.463
Contribuição social (b)	19.706	16.726
	<u>213.997</u>	<u>207.621</u>

**(a) Tributos sobre contraprestação** - O imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação. **(b) Tributos diferidos**

	2017	2016
<b>Composição de tributos diferidos:</b>		
Custo de construção	(200.917)	(202.519)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	281.931	291.487
Outros	(6.567)	(7.779)
	<u>74.447</u>	<u>63.189</u>
Passivo de tributo diferido	283.730	293.667
Ativo fiscal diferido - não circulante	(209.283)	(230.478)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>74.447</u>	<u>63.189</u>
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures). Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.		

	2017	2016
<b>(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social</b>		
Lucro antes dos impostos	30.127	51.427
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(10.243)	(17.485)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	(1.960)	(7.821)
Diferenças temporárias sem constituição de ativo diferido	(182)	(10)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	417	(395)
Efeito IR e CS no resultado IR e CS correntes	(11.913)	(25.711)
IR e CS diferidos	(11.258)	(25.711)
Total despesa com IR e CS	<u>(11.913)</u>	<u>(25.711)</u>

	2017	2016
<b>13. Contingências e provisões judiciais</b>		
Cíveis	1	5
Fiscais	351	239
Trabalhistas	13	13
	<u>365</u>	<u>257</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia tem ações de natureza jurídica, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do montante total de ações classificadas com êxito possível, destaca-se processo no montante de R\$ 10.496, visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015. **14. Patrimônio líquido - (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 102.813 (2016 - R\$ 90.848), representado por 102.813.000 (2016 - 90.848.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada). Em 28 de abril de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 11.965, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 5.292 e de reserva especial R\$ 6.673. **(b) Reservas de lucros** - De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucro a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas. **(i) Reserva legal** - É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social.

**(ii) Reserva de realização de investimentos** - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social. A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu no montante de R\$ 12.977 (2016 - R\$ 18.323), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2017 no valor R\$ 25.853. **(c) Dividendos** - Aos titulares de ações emitidas da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**15. Receita operacional líquida**

	2017	2016
Receitas operacionais	40.858	37.227
Atualização do ativo financeiro	102.591	

**20. Transações e saldos com partes relacionadas** - As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativo		
Não circulante		
CAS (i)	<u>729</u>	<u>729</u>
Passivo		
Circulante		
Construtora OAS S.A. -		
Em recuperação judicial (ii)	468	1.752
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	468	468
Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (ii)	-	<u>1.284</u>
	<u>936</u>	<u>3.504</u>
Não circulante (iii)		
Construtora OAS S.A. -		
Em recuperação judicial	12.706	14.057
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	<u>12.706</u>	<u>14.057</u>
	<u>25.412</u>	<u>28.114</u>
Resultado		
Principal (ii)	(2.568)	2.568
Principal (iii)	(5.767)	(1.061)
Encargos (iii)	<u>(3.065)</u>	<u>(3.532)</u>
	<u>(11.400)</u>	<u>(2.025)</u>

(i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra. (ii) Remuneração pela prestação de garantias, em favor dos credores, pelas obrigações constantes dos empréstimos, financiamentos e debêntures assumidos pela Companhia para adequação da equação econômico-financeira do Contrato de PPP. (iii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Diretamento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 2.994 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R\$ 2.368).

**21. Seguros** - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência até</b>	<b>Cobertura</b>
Riscos operacionais	18/09/2018	916.019
Responsabilidade civil em geral	18/03/2018	50.000
Garantia de performance da operação D&O	25/07/2018	10.512
	19/09/2018	50.000

Em 26 de março de 2018, foi emitida a apólice nº. 01519193575 pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., correspondente a renovação apólice de responsabilidade civil em geral com vigência de 18/03/2018 a 18/03/2019, mantendo-se a mesma cobertura.

**22. Eventos subsequentes - Glosa Contraprestação** - Baseado em uma simulação técnica para apurar o cálculo de

Aos Acionistas e Administradores da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. Salvador - BA

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia** - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 01, item c, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas** - Conforme descrito na nota explicativa nº 01 às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo

Compartilhamento de Risco de demanda, a SETRE recebe um valor de R\$ 5.751.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) no pagamento da contraprestação do mês de janeiro. Esta retenção possui caráter provisório; as tratativas entre poder concedente e concessionária para apuração e definição da metodologia de cálculo dos valores já foram iniciadas.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem agentes públicos e executivos, dentre eles, os administradores do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, que, em conjunto, controlam a Companhia. Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado acordo de Leniência pela Odebrecht S.A. e o referido acordo já foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Ressalta-se que apesar do acordo ter sido firmado pela Odebrecht S.A., o mesmo tem seus efeitos estendidos para todas as empresas do grupo econômico. A Administração neste momento entende que possíveis efeitos desse acordo de Leniência não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

<b>DIRETORIA</b>
Dênio Dias Lima Cidreira - Diretor Presidente Carlos Joaquim de Carvalho - Diretor Financeiro
<b>CONTADOR</b>
Ivanir Caleffi CRC: BA-011167/O-1

referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alicance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de abril de 2018.  
 **BDO RCS Auditores Independentes SS**  
 CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA  
**Jairo da Rocha Soares**  
 Contador CRC 1 SP 120458/O-8 - S - BA  
**Manuel Perez Martinez Júnior**  
 Contador CRC 1 BA 025458/O-0